

Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação

Carolina Burle de Niemeyer

A Rede Transnacional de Movimentos Sociais Via campesina

A Via Campesina é uma rede transnacional de movimentos sociais que data de 1992, e hoje tem abrangência praticamente global. Este movimento social despontou como ator transnacional significativo em 1996, durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar (AGFA), realizada pela FAO, em Quebec, Canadá, tendo conquistado a atenção do público em geral, durante o antológico encontro da OMC realizado em Seattle, em 1999. (Desmarais, 2003a; Edelman, 2003). Hoje, a Via Campesina constitui-se como um dos movimentos sociais alter-mundialistas mais atuantes, tanto em nível transnacional quanto local.

Ao analisarmos a formação da Via Campesina, encontramos-nos diante do seguinte questionamento: como é possível reunir em uma mesma organização camponeses e pequenos agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento, quando seus interesses parecem ser tão opostos? Como funcionam os processos de construção de identidade e consenso, em uma organização de composição assaz heterogênea?

Buscamos a resposta a partir de uma análise do processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, em busca de identificar quais os fatores responsáveis pela emergência de uma rede de movimentos sociais de camponeses e pequenos e médios agricultores de âmbito global, para, em seguida, empreender uma análise da gênese e do processo de formação e consolidação da Via Campesina, buscando entender como esta rede mantém-se coesa, apesar das enormes diferenças estruturais, sociais e culturais que existem entre as organizações que dela fazem parte.

O processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais

Edelman (2003) desenvolveu uma pesquisa histórica cujo resultado revela que o processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais remonta ao fim do século

XIX e início do XX, e segue a mesma tendência evidenciada em outros movimentos sociais.

Algumas das associações existentes seguem até nossos dias, como a Associated Country Women of the World (ACWW), que se desenvolveu ao longo dos anos 1920, a partir do encontro entre dois movimentos sociais de mulheres, trabalhou ativamente junto à Liga das Nações e, hoje, tem *status* consultivo junto a várias agências da ONU.

Um outro exemplo seriam as Missões Agrícolas, fundadas em 1930 por líderes religiosos e decanos de colégios agrícolas. Durante as suas primeiras quarenta décadas, a ênfase destas missões foi na assistência técnica e evangelização de grupos rurais; na década de 1970, sob influência do movimento da Teologia da Libertação, as Missões mudaram seu foco para a ajuda aos pobres e a luta anti-colonialista, o que fez com que se aproximassem dos movimentos de base e viessem a abraçar causas como o acesso à terra, o que teria facilitado a cooperação transnacional entre ativistas, camponeses e agricultores dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

A IFAP é uma outra organização de antes da globalização e é a que mais nos interessa, por ser uma concorrente da Via Campesina. A IFAP foi formada, em 1946, por algumas das maiores organizações de agricultores do mundo, em reação ao contexto do pós II Guerra Mundial, no qual, as relações internacionais estavam tornando-se mais institucionalizadas. A criação da ONU e de algumas de suas principais agências – dentre elas a FAO – estimulou a organização inglesa British National Farmer's a convocar representantes de organizações de agricultores de outros 30 países a engajarem-se em uma proposta de cooperação internacional, na intenção de ter representatividade junto ao novo sistema de instituições (Edelman, 2003).

A IFAP foi gerada com dois principais objetivos: trabalhar no sentido de assegurar a segurança alimentar e nutricional para o mundo e garantir um padrão mínimo de qualidade de vida para as famílias de agricultores (IFAP, 2005). Em função das mudanças sofridas pelas políticas de comércio agrícola internacional, a IFAP foi alterando gradualmente o seu objetivo principal. De 1960 até 1980, esteve voltada a influenciar as propostas de acordos internacionais de *commodity*, já a partir de 1980, passou a ter como objetivo principal, influenciar as regras comerciais para a agricultura (IFAP, 2005).

Pode-se constatar que a tendência à formação de movimentos sociais rurais com perfil transnacional, não foi motivada apenas pela globalização, mas a crise agrícola da década de 1970-1980 teria sido o principal estímulo à intensificação deste processo. Esta crise, que teve início na década de 1970, favoreceu a concentração da produção e recursos produtivos na mão de poucas e grandes transnacionais e marcou o início da tendência a prescrição de políticas internacionais, de viés liberalizante, para a agricultura. Estes fatores induziram a reações, por parte de organizações sociais rurais, que variaram do protecionismo à formação de *Transnational Networks* (TNs) e movimentos sociais transnacionais (Edelman, 2003).

Nos Estados Unidos, a crise agrícola mundial teria inviabilizado a continuidade dos programas de financiamento agrícola, levando movimentos de agricultores a reações protecionistas. Também na Europa, os protestos transnacionais de agricultores – no período compreendido entre 1992 a 1997 – não teriam, em sua maioria, objetivos solidários, mas metas nacionalistas e protecionistas (Edelman, 2003).

No entender de Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borras (2004), o processo de regionalização da década de 1980 e o fortalecimento das instituições econômicas multilaterais – a partir da criação da OMC e das mudanças no perfil e objetivos das outras duas instituições, o FMI e o Banco Mundial – foram os principais fatores a colaborarem para que grupos e movimentos sociais rurais passassem a estabelecer, entre si, um tipo de ativismo social transnacional verdadeiramente solidário. Já que as mudanças associadas à globalização neoliberal incidiram de forma decisiva na vida das pessoas do campo, fazendo com que os acordos de livre comércio e os mecanismos de governança supra-estatal passassem a ser o principal foco dos movimentos sociais de camponeses e agricultores.

No entender de Desmarais (2003), em função destes novos desafios, os movimentos sociais rurais tenderam a nacionalizar-se, regionalizar-se e transnacionalizar-se, em busca de novos espaços de negociação e ação coletiva. Já para Borras (2004), a tendência não foi exclusivamente na direção da ampliação de escala. Segundo este autor, as mudanças ocorridas nos padrões de governança alteraram o ambiente institucional (em especial nos países em desenvolvimento), com o qual os movimentos sociais interagem, criando novos desafios e oportunidades.

Partindo de Fox (2001), Borrás afirma que os estados nacionais sofreram tripla pressão: ‘de cima’, a partir da globalização, que implicou em que parte do poder de controle do estado fosse cedido a mecanismos de regulação supranacional, como a OMC, o FMI e o Banco Mundial; ‘de baixo’, a partir da descentralização parcial dos poderes políticos, fiscais e administrativos do estado nacional, que passam a ser mais compartilhados entre os governos municipais e estaduais; e ‘pelos lados’ através da privatização de algumas de suas funções, por meio do surgimento de mecanismos de regulação privada.

As colocações de Borrás remetem-nos a Scholte (2005). Em sua análise sobre a globalização e as conseqüentes mudanças nos padrões de governança, Scholte afirma que o estado nacional continua sendo o principal ator político do sistema internacional, mas salienta que a emergência de um tipo de governança policêntrica implicou em uma diminuição do poder do estado, por conta do compartilhamento da governança entre o governo nacional e instâncias sub-nacionais, supranacionais e privadas; destacando o papel, neste processo, das organizações econômicas multilaterais, dos acordos de integração regional, dos mecanismos regulatórios privados e dos governos municipais e estaduais.

A emergência de uma governança policêntrica¹ gerou um efeito contraditório. Em resposta à descentralização do Estado, os movimentos sociais rurais tenderam à localização, enquanto, simultaneamente, internacionalizaram seus movimentos, campanhas, *lobbies* e ações coletivas, sem com isso perder o seu caráter nacional, o que levou ao surgimento de movimentos sociais, igualmente policêntricos (Borrás, 2003, p.4).

A gênese da Rede de Movimentos Sociais Via Campesina

Desmarais (2003) e Edelman (2003) sustentam que um dos fatores fundamentais para a formação da Via Campesina teria sido o estreitamento de relações entre ativistas de organizações rurais do norte e do sul, durante a década de 1980.

¹ Policêntrico, neste caso, significa “redes coordenativas, com vários centros de poder localizados em diferentes níveis: internacional, regional, nacional e local” (Borrás, 2004, p.4).

Estes processos estão intimamente vinculados às mudanças na natureza da governança global da economia e ao viés neoliberalizante adotado nas políticas agrícolas mundiais, a partir dos anos 1980. Durante esta década, ocorreu um movimento de aproximação entre organizações de agricultores da Europa e da América do Norte e entre estas e organizações de outros lugares do mundo, principalmente da América Latina. Esta aproximação deu-se de duas formas principais: por iniciativa de organizações locais que buscaram empreender relações transmúndias com organizações locais de outros países; e durante eventos, como os protestos e coalizões contra o GATT e o NAFTA, que reuniram organizações rurais de várias procedências em torno de um mesmo objetivo.

A Confédération Nationale des Syndicats de Travailleurs Paysans (CNSTP), da França e a National Farmers Union (NFU) do Canadá são exemplos de organizações locais que desenvolveram projetos comuns com organizações de outros lugares do mundo, durante os 1980 (Desmarais, 2002).

Edelman (2003) defende que as campanhas contra o GATT, que reuniram ativistas da Europa, Américas e Ásia, foram o principal ímpeto à formação da Via Campesina, porque nestas oportunidades, organizações rurais do norte e do sul superaram as suas diferenças, empreendendo uma ação concertada em pró de uma meta comum: colaborar para o fracasso das negociações do GATT, percebidas como uma política prejudicial para o conjunto de pequenos agricultores e camponeses do mundo todo.

Um exemplo seria uma coalizão formada por pequenos produtores rurais, ambientalistas e consumidores que se reuniu em Genebra, em 1990, para protestar contra o GATT. Desta coalizão participaram trinta mil agricultores, sendo a maioria da América do Norte e Japão, além de grupos da Coreia, África e América Latina. De acordo com Edelman, os protestos encorajaram os delegados de países em desenvolvimento, com objeções ao acordo, a não cederem e manterem as suas posições, o que teria colaborado para a não conclusão da Rodada de Doha, na ocasião. É possível considerar que, além das reações ao GATT, os protestos contra as grandes empresas transnacionais do agronegócio – principalmente as ligadas à produção e comercialização de transgênicos – também colaboraram para a união de ativistas rurais. Já que ações de organizações de agricultores, a favor da manutenção do *status* público

dos recursos genéticos e contra as transnacionais dos transgênicos, datam da década de 1980.

Em 1981, a NFU representou um *lobby* na Conferência da FAO em Roma, em favor da conservação dos recursos genéticos (Edelman, 2003); na Europa, a França é pioneira na reação à agricultura transgênica, vinculando-a ao conceito de “comida ruim” e à ameaça à cultura francesa (Heller, 2001; Bové e Dufour, 2000). E a questão da “propriedade intelectual sobre formas de vida” é também uma questão sensível para a Índia, e suas reações ao GATT estão intimamente relacionadas à problemática das TRIPS (Edelman, 2003).

É legítimo se supor que a relação de troca entre ativistas do norte e do sul, nas décadas precedentes à formação da Via Campesina, tenha sido uma condição *sine qua non* para a sua concepção. Isto porque estes contatos não só estreitaram os laços entre estas organizações, como favoreceram que, no contexto da globalização, camponeses e pequenos agricultores do norte e do sul, assim como norte-americanos e europeus, percebessem que enfrentavam problemáticas comuns que, pela sua origem internacional, demandavam a construção de uma solução solidária em nível transnacional.

Já as principais motivações à formação da rede seriam a rejeição explícita à globalização neoliberal, e a convicção de que as questões e interesses das pessoas que ‘trabalham a terra’ estavam completamente excluídos das negociações do GATT (Desmarais, 2003; Edelman, 2003 e Borrás, 2004).

Até a criação da Via Campesina, a IFAP era o único canal disponível para que movimentos sociais rurais canalizassem suas demandas para as organizações internacionais. E no entender da Via Campesina, a IFAP é dominada por suas organizações economicamente mais poderosas e atua, prioritariamente, em pró dos interesses do agronegócio (Desmarais, 2003; Borrás, 2004). Pode-se inferir que a visão que camponeses e pequenos agricultores, do norte e do sul, tinham da IFAP, induziu-os a construir uma alternativa através da qual pudessem canalizar as suas demandas e se fazer ouvir pelos organismos internacionais. Os quais, na globalização, passaram a ter maior poder de influência na definição das políticas dos Estados, inclusive no tocante às políticas agrícolas.

Rafael Alegria e Paul Nicholson, líderes da Via Campesina, expõem o que levou agricultores de países desenvolvidos e em desenvolvimento a engajarem-se em uma proposta comum, apesar dos seus respectivos governos estarem se digladiando nas disputas sobre comércio agrícola travadas no GATT e posteriormente, na OMC.

Nas palavras dos ativistas:

Mesmo que a marginalização tome feições diferentes de acordo com as regiões do mundo, os mesmos conflitos de interesse se apresentam nos países industrializados e nos países ditos em desenvolvimento; de um lado, uma grande massa de população marginalizada, que defende a sua cultura e seu direito a viver decentemente; de outro, uma minoria que impulsiona os seus mega projetos econômicos, em nome do “livre” comércio internacional, e coloca em concorrência todos os habitantes do planeta, em lugar de criar entre eles, laços de cooperação e solidariedade (Alegria e Nicholson, prefácio, 2002).

Dentro deste contexto, em 1992, um grupo de 8 organizações camponesas da América Central, América do Norte e Europa encontrou-se em Manágua, durante o Congresso da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG)² e junto com a ONG holandesa, Paulo Freire Stichting³ (PFS), desenvolveram a idéia de criar um movimento social global de pequenos agricultores e camponeses.

De acordo com Desmarais (2003), na sua gênese, o perfil da Via Campesina ainda não estava definido. A PFS concebia-a como um projeto político – que teria como objetivo influenciar políticas governamentais e alocação de recursos em projetos do interesse de camponeses – e como um programa de pesquisa – que deveria operar de forma coordenada com centros de estudo voltados às prioridades dos agricultores. Mas, como colocado por esta autora e Borrás (2004), este projeto não atendia a expectativa da maioria das lideranças camponesas, que demandavam a criação de uma organização que tivesse o objetivo de desafiar o modelo de desenvolvimento neoliberal dominante. Outro ponto de atrito teria sido em relação à participação da IFAP na nova organização. Enquanto os movimentos rurais e camponeses eram radicalmente contra esta

² Apesar da Via Campesina ter sido criada em um evento desta organização, ela não faz parte da Via Campesina e sim da IFAP.

³ Fundação dedicada aos problemas da terra que fornece informação sistematizada sobre o tema e inspirada na obra de Paulo Freire. Em seus programas de cooperação promove intercâmbios entre trabalhadores rurais Europeus e Latino-americanos. Publica a revista para Cooperação Agrária Mundial "Intercâmbio". (http://www.ppbr.com/ipf/le_gado.html).

participação, a PFS defendia a inserção da IFAP no novo projeto (Desmarais, 2003).

É possível concluir que, enquanto a PFS tinha para a Via Campesina uma proposta reformista, concebendo a nova organização como uma estrutura de ação dentro dos mecanismos de governança global existentes; os líderes dos movimentos camponeses tinham para a Via Campesina uma proposta transformadora, percebendo-a como a oportunidade para a concepção de um modelo alternativo de desenvolvimento, criado sem a interferência de ONGs e a partir da análise coletiva, ação conjunta, e solidariedade entre camponeses e pequenos agricultores, do Norte e do Sul.

Refletindo sobre a “razão de ser” da Via Campesina, as lideranças camponesas teriam concluído que esta seria a oportunidade para a criação de um movimento social liderado e conduzido por camponeses e pequenos agricultores, através do qual pudessem falar por si mesmos, sem a intermediação de ONGs ou outros atores. O que levou estas lideranças a minimizarem a importância da FFS na nova associação, a qual, em reação, abandona a Via Campesina em 2004.

Pode-se dizer que a gênese da Via Campesina tenha influenciado na sua relação com ONGs, já que antes de voltar a relacionar-se com atores ‘de fora da rede’, o novo movimento social investiu em seu processo de consolidação, dedicando o período entre 1992 e 1994 à aproximação com movimentos sociais rurais locais (Via Campesina, 2004). Esta estratégia tinha como objetivo transformar a Via Campesina na ‘voz camponesa’ junto ao sistema internacional, para, só depois de conquistado este espaço, voltar a trabalhar em parceria com ONGs e outros atores ‘de fora da rede’ (Desmarais, 2003).

Em maio de 1993, realizou-se, na Bélgica, a Primeira Conferência Internacional da Via Campesina, ocasião em que constituiu-se como rede transnacional de movimentos sociais e definiu as suas estruturas e primeiras linhas estratégicas de trabalho. A segunda conferência da rede foi realizada em abril de 1996, no México, e nela estiveram presentes 69 organizações representando camponeses, pequenos e médios agricultores de 37 países diferentes, discutindo os seguintes temas e questões: reforma agrária, crédito e dívida externa, tecnologia, participação das mulheres, desenvolvimento rural e soberania alimentar (Via Campesina, 2005). Até o ano de 2006,

foram realizadas quatro conferências internacionais: a terceira em 2000, em Bangalore na Índia, e a quarta em 2004, em Itací, no Brasil.

Ao analisar-se as Conferências Internacionais, pode-se constatar que a Via Campesina adota uma visão holística da problemática camponesa, o que está refletido na evolução de suas campanhas. Problemas como agricultura transgênica, falta de acesso a terra e a recursos produtivos, *dumping* e violência contra os camponeses são tidos como questões interrelacionadas inscritas no conjunto amplo de Direitos dos Camponeses.

Via Campesina: um ator e uma arena de ação

Em nosso entender, a Via Campesina seria uma *Rede Transnacional de Movimentos Sociais*, e assim como tantos conceitos contestados, este também precisa de uma correta definição. Trabalhamos com o conceito de Eschle e Stammers (2004), segundo o qual, uma rede de movimentos sociais: “é uma rede de interações informais que reúne grupos informais e indivíduos e, por vezes, organizações formais, em lutas por mudança social na base da identidade compartilhada” (p.352). Ainda de acordo com esta concepção, quando a atividade simbólica, as inovações de estilo de vida, os grupos informais, as articulações não institucionais de identidade coletiva e os protestos populares desaparecem, um movimento social deixou de existir.

Depreende-se que, de acordo com este conceito, uma verdadeira rede de movimentos sociais é aquela que mantém uma forte relação com a base: os ativistas e/ou movimentos sociais locais. De forma que, uma rede constituída apenas de organizações formais, sem a participação ativa de movimentos de base em processos contenciosos, não seria considerada um movimento social, estando mais próximo ao conceito de *Transnational Advocacy Networks* (TAN) de Keck e Sikkink (1998).

Em nosso entender, a conceituação de Eschle e Stammers estaria adequada à conceituação da Via Campesina, pelo fato de esta ser uma rede que, apesar de dinâmica, tem sua própria existência dependente dos movimentos sociais de base que a compõem.

Para a análise da natureza da rede, selecionamos Borrás (2004). De acordo com este autor, a Via Campesina tem uma característica dual, sendo simultaneamente um *ator* e uma *arena de ação*. Borrás sustenta sua tese afirmando que, como *ator*, a Via Campesina representa a voz e os interesses camponeses junto ao sistema internacional, e

como *arena*, é o espaço no qual os diversos grupos sociais e atores (nacionais, regionais e sub-nacionais), que dela fazem parte, negociam e estabelecem metas, objetivos e campanhas comuns, fortalecendo-se mutuamente.

Este caráter dual faz com que o autor a considere como um tipo de ‘instituição’, conceituada aqui “de forma ampla e aberta, como um corpo de ‘regras’ que media a interação entre diversos atores e entre atores e estruturas existentes” (Borras, 2004, p.5).

Esta ‘instituição’ teria sido constituída por movimentos sociais camponeses para defender os seus interesses e para os ‘de fora da rede’ (outros movimentos sociais, ONGs e instituições internacionais) seria percebida como uma entidade interessante – embora complexa de entender – com a qual têm de lidar e interagir (Borras).

Considerar a Via Campesina como um tipo de instituição, apesar de sua estrutura descentralizada e não-hierárquica, facilita o entendimento da estrutura da rede e ajuda a revelar as tensões envolvidas nos seus processos de construção de identidade e consenso, os quais influenciam na definição de suas posições e metas.

Ao analisar a Identidade Coletiva dos movimentos sociais rurais surgidos em resposta à globalização, Edelman (1998) coloca que:

Os movimentos camponeses contemporâneos compartilham a identidade de classe dos ‘antigos movimentos sociais’ com a preocupação em atingir mudanças nas políticas de estados individuais, incorporando, ainda, os focos na identidade e na especificidade cultural próprios dos ‘novos movimentos sociais’ (p.50).

A avaliação de Edelman revela parte da complexidade implícita na identidade da Via Campesina. A diferença da Via Campesina relativamente aos antigos movimentos sociais rurais seria o fato de a rede incorporar uma variedade de atores que não cabem em uma definição de classe tradicional. A diversidade que compõe a rede inclui camponeses da África, pequenos e médios agricultores do Canadá, Sem-terras do Brasil, indígenas e até pescadores e pastores, que são abarcados pelo conceito contemporâneo de camponês, que está relacionado à noção de ‘território’ e não mais exclusivamente à noção de ‘terra’.

A discussão acerca de território está cada vez mais presente nesta rede de

movimentos sociais e nas discussões sobre reforma agrária. Este conceito, por ir além do acesso à ‘terra’ e englobar o ‘lugar’ – que não pode ser legitimamente delimitado por fronteiras geopolíticas ou definido pela propriedade privada – pode comportar nômades, coletores, pescadores, índios e artesãos, que não trabalham diretamente a terra, mas dependem do território para a sobrevivência das suas respectivas sociedades.

De acordo com Desmarais (2003), Edelman (2003) e Borrás (2003), a construção de um “nós”, coletivo, que represente a posição unificada da Via Campesina – uma rede com uma composição assaz heterogênea, tanto em termos geográficos quanto em tipos de atores – não foi (como ainda não é) um processo simples.

Este processo teria sido favorecido pela relação pregressa entre ativistas do norte e do sul, que permitiu a estes grupos identificarem interesses comuns, ao ponto de superarem as enormes diferenças culturais, nacionais e regionais existentes e consolidarem uma identidade coletiva como ‘camponês’ ou ‘pessoas da terra’ (Desmarais; Edelman, 1998).

De acordo com Edelman, o termo camponês (como categoria analítica) vigorou nos estudos de populações rurais pobres durante três décadas, a partir de 1970. Na década de 1990, muitos pesquisadores tenderam a trocar os ‘Estudos Camponeses’ pelos ‘Estudos Agrários’, na intenção de cobrir a relação entre as populações rurais pobres e outros atores – o que não estaria contemplado pelos Estudos Camponeses –. Em paralelo, ocorreu a tendência de substituição do termo *camponês* pelo termo *agricultor*.

Mas, segundo este mesmo autor, o termo camponês vem sendo apropriado e resignificado pelos próprios atores, que vem fazendo o esforço de:

[...]reapropriar o termo ‘camponês’, infundindo-o com um conteúdo novo e positivo, incluindo a celebração do camponês como um sujeito sofisticado, possuidor de valores modernos e projetos políticos. Esta reconceituação faz com que ativistas rurais insistam hoje na equalização de ‘camponês’ e ‘agricultor’ e, em geral, permutem as duas palavras – em conversações, análises escritas e até na denominação de movimentos (Edelman, 2003, p. 187).

Entendemos, a partir de uma declaração da líder canadense da Via Campesina, Nettie Wiebe (Wiebe *apud* Edelman, 2003, p.1 87), que o termo ‘camponês’ une o

agricultor de subsistência ao agricultor modernizado, do Canadá, assim como aos outros atores que formam a Via Campesina. Isto porque o conceito resignificado de camponês passou a representar um sujeito de resistência. Aquele que defende o direito à manutenção de um padrão de vida tradicional (mas não atrasado) baseado em valores diferentes dos neoliberais, questionando a primazia do lucro, da tecnologia e da individualidade, em relação ao bem estar social, ao conhecimento tradicional e à comunidade.

Vimos a entender que o conceito de camponês resignificado, além de incorporar a variedade de tipos de atores que trabalham a terra e não se identificam com o modelo de desenvolvimento neoliberal, passou a abranger artesãos, pastores e pescadores, que hoje também fazem parte da Via Campesina.

Resta ainda uma questão: como foi construída esta identidade e como esta consegue se manter íntegra em uma rede de abrangência global e natureza heterogênea como a Via Campesina?

Edelman (2003), Desmarais (2003) e Borras (2004) afirmam que o amalgama que une este conjunto diverso de atores é a bandeira ampla de oposição ao neoliberalismo e, apesar das diferenças, estas organizações teriam em comum o fato de representarem, em suas respectivas sociedades, setores econômica e politicamente marginalizados, tanto em nível nacional, sub-nacional como internacional.

Edelman e Desmarais salientam que a identidade de camponês seria afirmada no desafio aos grupos dominantes, o que nos levou a inferir que esta identidade foi construída e é mantida a partir da alteridade. A necessidade de a Via Campesina afirmar a sua identidade, a partir da negação do outro, justificaria a eleição de alvos – como o McDonalds e a Coca-Cola – que, simbolicamente, representariam o sistema ao qual o conjunto heterogêneo que compõe a rede não pertence e se opõe.

Edelman, assim como Borras, afirma que a definição das agendas e metas da Via Campesina são partes da construção e reconstrução de sua identidade coletiva como ator, refletindo a heterogeneidade de sua composição, em termos geográficos, em tipos de associação e em termos ideológicos.

Os autores atestam, ainda, que para uma organização fazer parte da rede, não seria

necessário assumir um compromisso ideológico, alegando que a Via Campesina comporta organizações originárias ou comprometidas com as mais variadas tradições ideológicas: “desde aquelas oriundas de uma estrutura comunista de estado até as de tradição anárquicosindicalista; desde aquelas com uma procedência amplamente liberal, àquelas provenientes do ativismo ambientalista” (Borras, 2004, p.10).

Mas, apesar das diferenças em termos de visão de mundo, agenda política e métodos de trabalho, estas organizações teriam em comum a noção compartilhada de que o neoliberalismo é uma ameaça e esta seria a principal divergência entre a IFAP e a Via Campesina. Para a Via Campesina, o neoliberalismo seria um problema a ser superado, enquanto que a IFAP conceberia-o como uma oportunidade de ação, e esta percepção diferenciada refletir-se-ia na relação entre as duas organizações e a OMC (Borras, 2004).

Viemos a entender, que a Via Campesina recusar-se-ia a empreender um diálogo com a instituição, por não acreditar na possibilidade de reforma da OMC; enquanto a IFAP adotaria a participação como a sua principal estratégia, exatamente por ter forte penetração nesta organização multilateral. Por conseguinte, a Via Campesina apela para os protestos e coalizões como forma de relacionamento com a OMC, enquanto a IFAP investe no *lobby*, na pressão e na barganha.

De acordo com Desmarais (2003) e Borras (2004), o processo de construção de identidade de ambas as organizações é totalmente diferenciado. A Via Campesina construiria a sua identidade, a partir da negociação das diferenças, enquanto que a IFAP buscaria atingir o consenso, através da imposição da visão de mundo, estrutura, ideologia e posicionamento dos seus membros mais poderosos, o que geraria reflexos na definição de suas respectivas agendas e metas e na forma como se relacionam com as instituições internacionais.

Pode-se inferir que a construção de consenso, na rede, seria parte do processo de construção e reconstrução de sua identidade como *ator*, negociado entre os seus diferentes membros, na *arena* Via Campesina. E que, por este processo de negociação, também são definidas as estratégias adotadas pela rede.

Um exemplo seria a Campanha “OMC fora da agricultura”, fruto de muito diálogo entre os grupos que compõem a rede. Este processo de negociação resultou em uma

campanha que não refletiu a posição de seus membros mais influentes, mas uma posição intermediária entre os seus constituintes (Borras).

Com relação à operacionalização das campanhas, Desmarais explica que embora as ações da rede sejam direcionadas aos níveis: local, nacional, regional e internacional, simultaneamente, o seu processo de construção de alternativas está apoiado em o que as organizações estão realizando em nível local, ou seja, em suas regiões e países. O que está de acordo com o que afirmam Eschle e Stammers (2004), segundo quem, em uma rede transnacional de movimentos sociais, a influência é mútua, ocorrendo nos dois sentidos: do local para o global e do global para o local.

No caso da Via Campesina, da mesma forma que os seus posicionamentos e estratégias são frutos da interação e negociação entre os seus diferentes membros, a rede influencia estas mesmas organizações. As diversas estratégias adotadas pelas organizações da Via Campesina, tanto nas suas atuações internacionais quanto nas suas ações locais, seriam fruto da relação de troca entre as suas diversas organizações. Como um exemplo, a NFU, do Canadá, que teria sido fortemente influenciada pela Via Campesina em seu posicionamento em relação à OMC e aos geneticamente modificados, sendo que, nesta última questão, a Confédération Paysanné, da França, e a Karnakata Rajya Ryota Sangha (KRRS), da Índia, teriam exercido a principal ascendência (Desmarais, 2003).

A Via Campesina está estruturada em forma de rede, não existindo de forma independente das organizações que dela fazem parte. A rede de movimentos sociais não possui sede fixa, sendo a sua equipe efetiva e estrutura, pequenas e descentralizadas. Estas características fazem com que seja dependente das lideranças, ativistas e estrutura das organizações e movimentos sociais que a compõem, e esta dependência encerra aspectos negativos e positivos.

Por um ponto de vista negativo, esta relação deixa a rede vulnerável a sofrer com as conseqüências de disputas internas entre as organizações locais e/ou regionais que dela fazem parte. Um exemplo teria sido a disputa entre o grupo filipino, Kilusang Magbubukid Pilipinas (KMP) e um grupo seu dissidente, a Demokratikong ng Kilusang Magbubukid ng Pilipinas (DKMP). As duas organizações tentaram instrumentalizar a Via Campesina, cada qual em seu favor, prejudicando os trabalhos preparatórios para a

II Conferência e para o Fórum Paralelo de ONGs da rede. Ambos os dois encontros deveriam ter sido realizados nas Filipinas, mas por conta deste conflito, terminaram acontecendo no México (Desmarais, 2003).

Por outro lado, constata-se que a Via Campesina necessita manter um vínculo estreito com a base, para manter a sua própria sobrevivência, de forma que não é possível equacioná-la a uma organização formal que toma vida própria e passa a ter como principal objetivo a própria sobrevivência e não mais os interesses de seus constituintes.

A estrutura e composição da Via Campesina

Ao pensarmos em uma imagem representativa para uma *rede* de movimentos sociais transnacionais, construímos a seguinte imagem visual: um grande círculo – a Via Campesina – contendo círculos menores – as organizações regionais, compostas de organizações e movimentos sociais locais e nacionais – e círculos ainda menores – os movimentos sociais locais e nacionais. Estas unidades estão interligadas entre si em rede, não respeitando o limite imaginário dos círculos. Portanto, de acordo com a nossa percepção, a Via Campesina é uma rede dinâmica (já que está aberta à inclusão e exclusão de movimentos e/ou redes de movimentos sociais), que estabelece um elo entre estes diferentes movimentos sociais, mas deixa de existir, caso estes também não existam mais.

De acordo com Desmarais (2003), os órgãos mais importantes da estrutura da Via Campesina seriam o Comitê Coordenador Internacional (CCI), formado por representantes de todas as regiões que ela representa e o Secretariado Operacional Internacional (SOI), o órgão que coordena o CCI.

Temos poucas informações sobre os critérios estabelecidos para que uma organização faça parte da rede mas, de acordo com Desmarais e Borrás (2004), um critério categórico seria a organização candidata não fazer parte da IFAP. E como já dito, ao filiar uma organização, a Via Campesina não exige nenhum compromisso político e ideológico, congregando organizações dos mais variados perfis (Edelman, 2003; Borrás, 2004). Mas temos informações de que quando uma organização se candidata a fazer parte da rede, a Via Campesina a manteria sob observação por um período de tempo, com o objetivo de avaliar se as suas metas, objetivos e estratégias coincidem com os da rede.

Desde a sua concepção, a estrutura e formação da Via Campesina passaram por algumas transformações. No período compreendido entre 1992 e 1996, a estrutura da Via Campesina esteve basicamente apoiada no Comitê Coordenador Internacional (CCI), submetido à época, à coordenação geral do comitê regional da Europa, sob a responsabilidade de Paul Nicholson, representante do país basco (Edelman).

Em 1996, a Via Campesina estabeleceu um Secretariado Operacional Internacional, órgão criado com o objetivo de complementar o trabalho do CCI e auxiliar na fiscalização do funcionamento do dia-a-dia da rede. O Secretariado Operacional ficou, inicialmente, a cargo da ASOCODE – a organização regional responsável pela América Central – considerada a mais adequada, devido a sua maior experiência com o trabalho transnacional. E a secretaria, propriamente dita, foi delegada à coalizão de Honduras, a cargo de Rafael Alegria que, nomeado Secretário Executivo, instalou a Via Campesina em uma pequena sala de uma das principais coalizões camponesas hondurenhas⁴.

Segundo dados publicados, no sítio da Via Campesina, em 2006, a estrutura atual da rede de movimentos sociais está subdividida em 8 diferentes regiões, assim distribuídas: África, América do Norte, América do Sul, leste e sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América Central, Cuba e Caribe, e Europa. Cada uma destas regiões conta com dois representantes de movimentos sociais ou organizações de agricultores, sendo um homem e uma mulher para cada região; os representantes regionais vão compor o Comitê Coordenador Internacional (CCI), considerado o mais importante elo entre as várias organizações da rede, o que reflete a preocupação da Via Campesina com a equidade de gênero, entre os representantes do movimento social.

A partir da análise de documentos da Via Campesina, referentes às suas organizações partícipes, pode-se conferir que, no ano de 2006, a rede encontra-se em franco processo de expansão, buscando ampliar a sua penetração na África. Percebe-se, também, que a rede vem sofrendo cada vez mais influência da região do Sul e Sudeste da Ásia; uma mudança, igualmente evidenciada por Desmarais (2003a) e Amin (2004).

De acordo com documentação disponibilizada pela rede, pode-se conferir que o Secretariado Operacional da Via Campesina não está fixado em um país ou região

⁴ A omissão do nome nos foi imposta por falta da existência de dados.

específica, podendo ser redefinido durante as suas Conferências Internacionais. Durante a última Conferência Internacional, realizada em 2004, ficou definido que o Secretariado Internacional passaria para Jacarta, sob a responsabilidade de Henry Saraghi, líder da Federação Camponesa da Indonésia e que a próxima conferência da rede deveria vir a ser realizada em algum país da África (Via Campesina, 2004).

De acordo com a avaliação feita sobre as relações de influência das diversas regiões geográficas da rede, fomos levados a saber que a Via Campesina sofreu, em sua primeira fase, uma influência muito expressiva das organizações e movimentos sociais rurais da Europa e, principalmente, das Américas Latina e Central. Esta ascensão gera reflexos até hoje, como demonstra o fato de as línguas oficiais dos encontros internacionais da rede serem o inglês e o espanhol, e o seu próprio nome – La Via Campesina – nunca ter sido traduzido para outra língua (Desmarais, 2003).

Mas apesar da predominância da Europa e América Latina, confere-se que a rede, também, sofreu uma forte influência da UNORCA, organização do Canadá que deu grande apoio à Via Campesina, durante a sua primeira participação em um encontro da FAO.

Analisando os períodos compreendidos entre 2004 e 2006, percebe-se que a Via Campesina tem cada vez mais penetração no sudeste e leste da Ásia e, por conseguinte, os movimentos sociais destas regiões têm cada vez mais representatividade, dentro do movimento social.

Outra região na qual cresceu o número de organizações, entre 2004 e 2006, é Cuba e Caribe, mas não identificamos se este fenômeno reflete uma maior penetração na região, ou se corresponde à filiação de organizações que antes estavam ligadas à Via Campesina através da ASOCODE, extinta em 2005.

A África é um continente com o qual a Via Campesina está se aproximando, pode-se conferir que apesar do número de filiados não ter aumentado de 2004 para 2006, houve uma mudança significativa: a coordenação regional que, em 2004, estava a cargo de Diamantino Nhampossa, da UNAC, passou a ser compartilhada com Mariam Seseko, da CNOP. O que reflete o compromisso da Via Campesina, em buscar o equilíbrio de gênero, no conjunto de sua coordenação.

Constatamos que no período entre 2004 e 2006, havia um movimento social rural turco incorporado à rede, sob a competência da região [Europa. Com](#) relação à China e Oriente Médio, em 2006 não havia informações sobre organizações filiadas à rede; mas, sabe-se que em 2002, membros da Via Campesina estiveram em Ramallah, em conjunto com uma delegação internacional, participando de um protesto contra o bloqueio israelense a esta cidade e estreitando contatos com movimentos sociais rurais daquela região (Edelman, 2003).

Os movimentos sociais contra a globalização neoliberal

Por conta de seu perfil e trajetória, pode-se considerar a Via Campesina como parte dos chamados “novos movimentos sociais contra a globalização”. Vários autores, como Gómez (2004), Scholte (1999, 2000, 2005), Della Porta (2005), Tarrow (2005) e Tilly (2005) alegam que conseqüências das políticas neoliberais prescritas pelas organizações econômicas multilaterais – como o agravamento do desnível social e o aumento do desemprego e da concentração de renda, em nível mundial, regional e local – seriam as principais razões que levaram à reação social mundial contra a globalização neoliberal.

E como já visto, a globalização neoliberal é, também, apontada como a principal motivação à intensificação do processo de transnacionalização de movimentos sociais rurais, a partir do fim da década de 1980 (Edelman, Desmarais, 2002, Borras, 2004).

Mas, apesar da importância atribuída a globalização neoliberal, não se deve equacionar globalização a neoliberalismo. Adotamos a noção de Scholte (2005), para quem a globalização é complexa, não podendo ser reduzida a apenas um aspecto. Segundo esta abordagem, a globalização é fruto e motor para mudanças nas esferas de identidade e conhecimento que, associadas às mudanças nas esferas de governança e produção, implicaram na re-configuração do espaço social, caracterizado na contemporaneidade pela ‘supraterritorialidade’ (Scholte, 2005).

Estas mudanças teriam alterado o padrão de relacionamento e troca entre pessoas de altas esferas sociais (além de governos e empresas), mas também entre atores desprivilegiados econômica e politicamente, como camponeses, pequenos agricultores e

indígenas.

As mudanças nos padrões de relacionamento, por sua vez, favoreceram a ocorrência de mudanças nos padrões de identidade, favorecendo a formação de alianças entre pessoas de origens geográficas e compromissos ideológicos diversos.

É necessário esclarecer, também, que o ativismo transnacional contemporâneo não forma um todo homogêneo. Seus objetivos, metas, estratégias e formas de ação são variadas e podem ser subdivididos em conformistas, reformistas, rejeicionistas e transformadores (Scholte, 2003). Deste conjunto, interessa-nos destacar aqueles que questionam a base da governança global da economia e visam a uma mudança na ideologia e condução destas políticas: os chamados movimentos sociais contra a globalização neoliberal, ou como denominado por Gómez (2004, p.322), o “movimento de movimentos”.

O “movimento de movimentos” é assim denominado por ser formado por novos e velhos movimentos sociais, ONGS e redes de ativistas, com os mais variados interesses, tendências político-ideológicas e capacidade e recursos organizacionais. Apesar do perfil heterogêneo, estes movimentos identificar-se-iam a partir da preocupação compartilhada com temas e questões associadas a dois eixos principais: “a transformação de todas as atividades humanas em mercadoria e a exigência da democracia frente ao poder fortalecido dos mercados” (Gómez, 2004, p. 324). A identificação deste traço ajuda a explicar as parcerias estabelecidas entre a Via Campesina e movimentos sociais de ambientalistas e grupos de consumidores, além de outros, não diretamente interessados na questão camponesa.

Considerações finais

No início deste artigo, propomo-nos a responder o que motivou a formação da Via Campesina, uma rede transnacional de movimentos sociais que congrega pessoas com culturas, histórias e interesses, aparentemente, tão distintos.

O resultado desta análise foi o de que o surgimento da Via Campesina está associado a um movimento, mais amplo, de reação às políticas neoliberais adotadas em nível mundial, no pós década de 1980. A partir desta consideração, identificamos a Via

Campesina como parte integrante dos movimentos sociais alter-mundialistas, que tem como principal mote, lutar para que outra globalização seja possível, a partir de uma mudança nos parâmetros que definem as políticas econômicas internacionais, a partir da adoção de critérios que privilegiem a justiça social e a preservação do meio-ambiente.

Constatou-se que o surgimento de uma rede de movimentos sociais, de perfil tão heterogêneo como esta, só foi possível devido à relação pregressa entre ativistas do norte e do sul. Pois estes contatos não só estreitaram os laços entre estas organizações, como favoreceram que, no contexto da globalização, camponeses e pequenos agricultores, do norte e do sul, assim como norte-americanos e europeus, percebessem que enfrentavam problemáticas comuns que, pela sua origem internacional, demandavam a construção de uma solução solidária em nível transnacional. Este fenômeno pode ser igualmente identificado na formação da IFAP, surgida em resposta a nova conjuntura, mais institucionalizada, que caracterizou as relações internacionais, do pós-segunda guerra mundial, quando foi criada a ONU e algumas de suas principais agências, como a FAO.

Pode-se inferir que, assim como a IFAP, a Via Campesina também tenha surgido em reação a mudanças, de ordem institucional, no ambiente [internacional](#). Com a globalização, houve uma diminuição relativa do poder do estado sobre a definição de suas políticas sociais e agrícolas. Este novo contexto gerou problemas comuns para camponeses e pequenos produtores rurais, independentemente de seu país de origem. E por terem uma origem internacional, estes problemas demandaram a concepção de uma solução transnacional, materializada na criação da Rede de Movimentos Sociais Via Campesina.

Referências bibliográficas :

AMIN, S. **Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária (FMRA)** depoimento [dez. 2004]. Valença: Mediateca FMRA. <fmra_001 .wmv> Windows Media Audio 9 64 kbps, 48 kHz, stereo 2-pass VBR, (25:59). Programa produzido pela Carta maior Agência de Notícias. Disponível em: <<http://www.fmra.org/>> . Acesso em: maio 2006.

ALEGRIA, R.; NICHOLSON, P. Avant-propos. In: **Via Campesina: Une alternative paysanne à la mondialisation néolibérale**. Genebra : CETIM, p.5-6. 2002.

- BORRAS, S.M. **La Vía Campesina**: an evolving transnational social movement. TNI Briefing Series, n.2004/6. Amsterdam: Transnational Institute, out. 2004.
- BOVÉ, J.; DUFOUR, F.; LUNEAU, G. **O mundo não é uma mercadoria**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- DELLA PORTA, D. Transnational Protest and Global Activism. In: Della PORTA, D.; TARROW, S. (Org.). **Transnational Protest and Global Activism**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, inc. 2005.
- DESMARAIS, A. A. **The Vía Campesina**: peasants resisting globalization. 2003. 315 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Department of Geography: University of Calgary, Alberta, 2003.
- EDELMAN, M. Transnational peasant politics in Central America. In: **Latin America Research Review**, v.33, n.3, p.49-86, 1988.
- . Transnational Peasant and farmer movements and networks. In: KALDOR, M.; ANHEIER, H. (org.). **Global Civil Society**: yearbook 2003. Londres: LSE, 2003.
- ESCHLE, C.; STAMMERS, N. Taking part: social movements, INGOs, and global change. In: **Alternatives**, v. 29, n. 3, p. 333-372, 2004.
- FOX. J. Can multilateral institutions be made publicly accountable? In: **Global Police Briefs**, n. 3, maio, 2003.
- GÓMEZ, J.M Entre dos fuegos: El terrorismo, la guerra y los nuevos retos del movimiento social global contrahegemónico. In: GÓMEZ, J.M. (org.). **América Latina y el (des)orden global neoliberal. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2004.
- HELLER, C. **McDonalds, MTV, and Monsanto**: Resisting Biotechnology in the Age of Informational Capital. In: TOKAR B. (Org). **Redesigning Life? The Worldwide Challenge to Genetic Engineering**, London: Zed Books, 2001.
- IFAP. Sítio institucional da organização da International Federation of Agricultural Producers, com informações sobre a história do grupo. Disponível em: <<http://www.ifap.org/en/about/history.html>>. Acesso em: 20 nov. 2005.
- KECK, M.; SIKINK, K. **Activists beyond borders**, New York: Cornell University Press, 1998.
- LA VIA CAMPESINA. Sítio da rede de movimentos sociais. Disponibiliza relatórios, declarações e reportagens sobre as principais campanhas do grupo. Além de trazer a relação dos seus membros e aliados. Disponível em: <http://viacampesina.org>. Acesso em: 2005; 2006.
- Declaração da IV Conferencia Internacional da Via Campesina**. São Paulo, 2004a, Disponível em: <http://www.croceviaterra.it/contadini/cpe/dich_campes_por.htm> Acesso em: 12 jan. 2006.
- . **Members of La Via Campesina**. S. L. 01, jan. 2006. Disponível em: <http://viacampesina.org/main_en/index2.php>. Acesso em: 13, out. 2006.

- . [Radical opposition to neoliberalism - bulletin](#) **5**. Jun 2004d. Disponível em: http://www.viacampesina.org/art_fr.php3?id_article=486> Acesso em: 6 abr. 2005.
- O'BRIEN,R.; GOETZ, A. M.; SCHOLTE, Jan Aart; WILLIAMS, M. **Contesting Global Governance**, Cambridge, Cambridge University Pres, 2000.
- SCHOLTE, J. A. **Globalization: a critical introduction**. Basingstoke, New York: Palgrave, MacMillan, 2005b.
- Global Civil Society: Changing the world?** CSGR Working Paper n.109/02. Coventry: Center for the Study of Globalization and Regionalisation (CSGR). Mai. 1999. Disponível em: <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/pais/staff/scholte/publications>>. Acesso em: Dez. 2005.
- TARROW, S.; McADAM, D. Scale Shift in Transnational Contention. In. Della PORTA, D.; TARROW, S. (Org.). **Transnational Protest and Global Activism**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield Publishers, inc. 2005.
- TILLY, C. Foreword. In: SMITH, J.; BANDY, J. (Org.). **Coalitions across borders: transnational protest and the neoliberal order**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2005.